



Jornal Negócios

17-09-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Economia/Negócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 18239

Temática: Política

Dimensão: 897

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/20/21

Governo, parceiros
e PS criam consenso
para flexibilizar metas
do défice **Economia 20 e 21**

AVALIAÇÃO DA TROIKA

Governo, PS e parceiros juntos na pressão por um défice mais alto

Nesta visita a Portugal, a troika terá consenso político e social. Não em torno do programa, mas da sua alteração

NUNO AGUIAR
CATARINA ALMEIDA PEREIRA
naguiar@negocios.pt

Durante as reuniões com os responsáveis portugueses, a troika enfrentará uma exigência comum: flexibilizar a meta de défice de 2014, de 4% para 4,5% do PIB. Governo, Partido Socialista e parceiros sociais formarão uma vaga de fundo para pressionar os representantes dos credores portugueses a dar mais tempo a Portugal.

Um das maiores preocupações da troika nos últimos exames ao programa de ajustamento tem sido a erosão do consenso em torno dos objetivos do programa, com um PS mais agressivo no Parlamento e uma UGT menos colaborante em sede de Concertação Social. Na avaliação que arrancou ontem, os chefes de missão da troika deverão deparar-se com um consenso. Não tanto em relação ao programa, mas à necessidade de o alterar.

Na última audição no Parlamento, Paulo Portas e Maria Luís Albuquerque abriram a porta, reconhecendo divergências com a troika na negociação da meta do défice para 2014 e que o dossier seria novamente abordado durante esta avaliação.

Ontem, o vice-primeiro-ministro voltou a referir-se a esse desacordo. "A diferença entre o Governo português e a troika relativamente aos limites do défice para 2014 não é de agora, foi expressa em Abril deste ano", afirmou à saída de uma reunião de concertação social. "Desejo naturalmente que as nossas negociações, que têm muitos pontos, corram da melhor forma para o nosso País."

Os parceiros sociais estão de acordo com uma flexibilização e têm vindo a defender a revisão global das condições do programa de ajustamento, que passe por um alí-

vio nos juros, no défice e que permita uma estratégia orçamental com cortes menos "agressivos", que não comprometam os "sinais ténues" de recuperação económica. António Saraiva disse aos jornalistas que acredita que a meta do défice será alterada. "Desde Junho que o Governo está a discutir o assunto com a troika", afirmou à saída da reunião de concertação social. "Assumimos que fique nos 4,5%."

João Vieira Lopes, presidente da CIP, considerou "praticamente unânime o apelo à necessidade de que para que a economia recupere tem que haver recuperação do mercado interno". Na reunião "transpareceu uma sensibilidade grande quanto à necessidade de baixar taxas de juro e alargar os prazos de alguns objetivos do plano de ajustamento", afirmou ao **Negócios**.

Já Lucinda Dâmaso, presidente da UGT, destacou que a reunião "foi muito útil para que possamos assumir uma posição com firmeza perante a troika". Necessário é que as medidas "não hipotequem o crescimento e o emprego".

A pressão tripartida pela alteração da meta terá ainda a intervenção do PS. Ao **Negócios**, fonte oficial dos socialistas garante que "naturalmente esse assunto será debatido" no encontro entre os socialistas e os chefes de missão da troika. Contudo, fazem questão de lembrar que não foi o PS, mas sim o Governo a mudar de posição. "Há dois anos que o PS defende a flexibilização das metas de défice."

As últimas declarações do presidente do Eurogrupo parecem apontar para uma margem de manobra muito reduzida para Portugal. Mesmo dentro da troika, existem opiniões diferentes. Na sétima avaliação o FMI, admitia que flexibilizar o défice poderia ser bem recebido pelos mercados, mesmo que provoque um aumento da dívida.

[Reunião] foi útil para que possamos assumir uma posição com firmeza.

LUCINDA DÂMASO
Presidente da UGT

Assumimos que [meta do défice] ficará nos 4,5%.

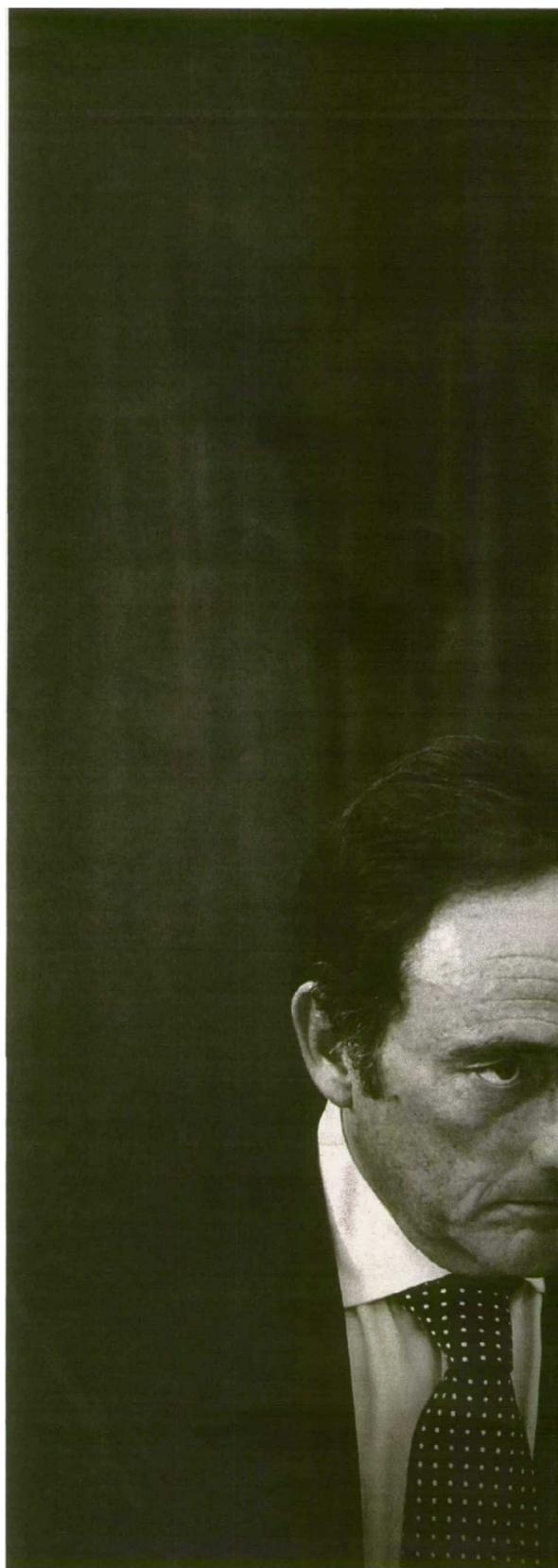
ANTÓNIO SARAIVA
Presidente da CIP

Há dois anos que o PS defende a flexibilização das metas de défice. Esse assunto será debatido.

FONTE OFICIAL DO PS

Espero que conheçam bem a situação económica do País e revelem bom senso.

CAVACO SILVA
Presidente da República



Portas insiste nas vantagens do programa cautelar

"Eu quero deixar muito claro isto que qualquer português entende: programa cautelar é o que a Irlanda vai começar a negociar. Segundo resgate foi o que a Grécia teve. Não há comparação possível nestas duas coisas", insistiu o vice-primeiro-

Bruno Simão



ministro, Paulo Portas, salientando que Portugal trabalha para um programa cauteloso. O risco de segundo resgate foi admitido pelo primeiro-ministro Passos Coelho depois do chumbo do Constitucional.